



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Resolução nº 019/2008-TJ**

Disciplina o uso dos serviços de telefonia móvel celular no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a necessidade de disciplinar o uso dos serviços de telefonia móvel celular no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e por decisão tomada na Sessão Plenária Administrativa do dia 02 de abril de 2008.

RESOLVE:

**Art. 1º** Os serviços de telefonia móvel celular, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão poderão ser utilizados de conformidade com o § 1º deste artigo.

§ 1º Será disponibilizado, além de 01 (um) aparelho celular móvel habilitado para cada um dos desembargadores, 01 (um) para cada gabinete de Desembargador, 06(seis) para a Presidência, 06 (seis) para a Corregedoria-Geral de Justiça, 03 (três) para Diretoria-Geral, 02 (dois) para cada Diretoria, 02 (dois) para a Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM, 02 (dois) para o Plantão do 2º grau, 02 (dois) para Diretoria do Fórum da Capital, 02 para o Plantão do 1º grau, 03 (três) para Diretoria do Fórum da Comarca de Imperatriz, 02 (dois) para a Coordenação dos Juizados, 01(um) para o Juizado do Trânsito, 01 (um) para a Vara de Execuções Criminais - VEC, 01 (um) para Vara da Infância e Juventude.

§ 2º A concessão de aparelhos celulares fora dos quantitativos acima especificados somente será possível com autorização expressa do Presidente deste Tribunal de Justiça.

**Art. 2º** Os aparelhos celulares de propriedade do TJMA ou cedidos mediante contrato de comodato, destinam-se, exclusivamente, a comunicações em razão do serviço, ficando proibida a utilização prolongada e desnecessária.

**Art. 3º** Os serviços de telefonia móvel serão controlados através de faturas mensais de consumo, emitidas pela operadora contratada para aferição e atesto pelo gestor do contrato.

**Art. 4º** O usuário do telefone móvel celular é responsável por sua guarda e conservação, devendo, em caso de perda do aparelho, notificar imediatamente, por escrito, à Diretoria de Informática, a fim de que sejam tomadas as devidas providências.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Único – Em caso de furto, roubo ou perda, a notificação à Diretoria de Informática deverá vir acompanhada da respectiva ocorrência policial, para instrução do competente processo administrativo.

**Art. 5º** Devem os usuários abster-se da utilização do telefone celular em locais que disponham de meios mais econômicos de comunicação.

**Art. 6º** Fica vedada a transferência de uso do aparelho de telefonia móvel celular a terceiros.

**Art. 7º** É proibida a utilização dos serviços telefônicos para as finalidades discriminadas a seguir:

I – acesso aos serviços especiais tarifados pelas concessionárias a exemplo do disque amizade, disque piada, telehoróscopo, meteorologia, economia, *reality-show* e similares;

II – transmissão de telegrama fonado.

**Art. 8º** Os usuários dos serviços de telefonia móvel celular, constantes desta norma ficam sujeitos ao limite de consumo de serviços mensais no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 1º Caberá ao Presidente avaliar os casos excepcionais que venham exceder o limite estabelecido no *caput*, seja em função de ocorrência esporádica ou freqüente, que indique a necessidade da utilização.

§ 2º Os desembargadores ficam desobrigados da limitação prevista no *caput* deste artigo.

**Art. 9º** Os valores que, em função desta Resolução, devam ser ressarcidos, serão recolhidos ao erário mediante procedimento administrativo próprio.

**Art. 10** Os aparelhos celulares dos usuários deverão ser transferidos para os seus substitutos nos casos de férias, licenças e demais afastamentos.

**Art. 11** Os casos omissos nesta Resolução deverão ser dirimidos pela Diretoria Geral do TJMA.

**Art. 12** Fica revogada a Resolução nº 047/2007-TJ.

**Art. 13** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO,  
em São Luís, 02 de abril de 2008.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM  
Presidente



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA